CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 20.588/11/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000036012-24
Impugnação: 40.010130054-13
Impugnante: José Renato Dacache Balieiro
CPF: 157.476.036-04
Proc. S. Passivo: Edson Roberto Siqueira Júnior/Outro(s)
Origem: DFT/Manhuaçu

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Imputação fiscal de falta de recolhimento do IPVA em razão do registro e licenciamento do veículo em outro Estado. Exigências de IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03. Infração não caracterizada, considerando que as provas juntadas pelo Autuado comprovam o domicílio duplo, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Lançamento improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2008 a 2011, em razão do registro e licenciamento indevido no Estado do Espírito Santo do veículo de placa HCQ-4879, considerando que o Fisco constatou que a proprietário reside em Manhuaçu/MG.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03 e juros de mora.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 61/65, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 152/161.

DECISÃO

Da Preliminar

O Autuado alega nulidade do Auto de Infração (AI), por falta de fundamentação (fls. 62/63), ou seja, ausência de motivo e motivação do ato administrativo de lançamento.

Conforme se observa no relatório do Auto de Infração (AI) de fls. 5/6 o Fisco informou que o motivo da irregularidade era a constatação de que o Autuado possui o veículo descrito às fls. 8 licenciado no Estado do Espírito Santo, local onde recolhe o IPVA, em detrimento do Estado de Minas Gerais.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Antes de lavrar o AI, o Fisco foi claro ao informar ao Autuado, no Ofício DFT/Manhuaçu nº 0038/10 (fls. 15) a legislação que rege a cobrança do IPVA e por que o emplacamento do veículo em outro Estado é considerado irregular.

Todo o conjunto de providências tomadas pelo Fisco informa o motivo e a motivação do ato administrativo de lançamento, como se constata nos autos.

Para demonstrar a irregularidade, o Fisco anexou, às fls. 11/13 e 162/167 as respectivas provas, as quais o Autuado tomou ciência por meio de intimação e pôde se defender, demonstrando total compreensão da imputação fiscal.

De acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra Direito Administrativo (São Paulo, Editora Atlas S.A., 20ª edição, 2007, página 195):

“Não se confundem **motivo** e **motivação** do ato (grifos originais). Motivação é a exposição de motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram. Para punir, a Administração deve demonstrar a prática da infração. A motivação diz respeito às formalidades do ato, que integram o próprio ato, vindo sob a forma de “consideranda”; outras vezes, está contida em parecer, laudo, relatório, emitido pelo próprio órgão expedidor do ato ou por outro órgão, técnico ou jurídico, hipótese em que o ato faz remissão a esses atos precedentes. O importante é que o ato possa ter a sua legalidade comprovada.” (grifou-se)

Em consonância com a doutrina acima, o Fisco demonstrou a prática ilícita com provas documentais, e cumpriu todas as formalidades exigidas na legislação ao lavrar o AI.

Pelas razões acima, rejeita-se a preliminar arguida.

Do Mérito

O Fisco, por meio de cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES, Tribunal Superior Eleitoral, e os sítios da internet, constantes de fls. 162/167, constatou que o veículo mencionado está registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, apesar de o proprietário residir no Município de Manhuaçu/MG.

Por sua vez, o Autuado alega possuir duplo domicílio, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. As principais provas anexadas aos autos são as seguintes:

- a) certidões de casamento e de nascimento dos filhos (fls. 70/72);
- b) contrato de locação de imóvel na cidade Vila Velha/ES (fls. 73/75);
- c) contas de energia elétrica no endereço imóvel alugado (fls. 76/79);
- d) comprovantes de matrícula e declaração de regularidade das parcelas da escola dos filhos (fls. 89/104) na cidade de Vila Velha/ES;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e) cópias de notas fiscais de aquisição de eletrodomésticos e móveis entregues no imóvel alugado em Vila Velha/ES (fls. 105/111);

f) cópias de notas fiscais da Herbalife (fls. 113/149).

Na impugnação, o Autuado esclarece que é médico e tem atividades profissionais em Manhuaçu e Vila Velha/ES. Por isso, anexou as cópias de notas fiscais da Herbalife para provar que representa aquela empresa no Estado do Espírito Santo.

A documentação apresentada pelo Autuado merece fé e permite concluir que ele possui duplo domicílio em face das razões a seguir.

Observa-se que o contrato de aluguel apresentado possui firma reconhecida do locador em cartório, datada de 01/09/08, conforme comprova o selo às fls. 75. Por conseguinte, é prova válida de que no ano de 2008 ele foi assinado com objetivo de fixação de residência do Autuado naquele Estado.

As contas de energia elétrica de fls. 76/79 demonstram consumo compatível com residência permanente, pois o gasto médio é acima de 200 kilowatts nos anos de 2008 a 2010. O resumo do consumo dos últimos meses, constante da parte superior direita das contas confirma a regularidade. Portanto, a residência não é de veraneio.

A comprovação regular de matrícula e pagamento da escola dos filhos demonstram de maneira inequívoca as atividades discentes deles em Vila Velha/ES.

Apesar de a certidão de casamento de fls. 72 não estar atualizada, ela deve ser aceita, pois não há nos autos prova em contrário.

Não existem elementos suficientes para acreditar que o Autuado viva longe da família, pois ele é representante da Herbalife e juntou várias cópias de notas fiscais de produtos vendidos em Vila Velha, indicando o duplo domicílio.

O Fisco informa, às fls. 12, por meio da pesquisa no DETRAN/MG, que o Autuado possui, ainda, o veículo placa GVO-2385, registrado em Minas Gerais. Essa constatação indica que, caso ele tivesse a intenção de burlar o Fisco, emplacaria os dois veículos de sua propriedade no Estado do Espírito Santo, a fim de se beneficiar do IPVA em valor menor. Porém, apenas um veículo está registrado naquele Estado.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. No mérito, também à unanimidade, em julgar improcedente o lançamento. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Antônio César Ribeiro (Revisor), Vander Francisco Costa e Marco Túlio da Silva.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2011.

Danilo Vilela Prado
Presidente / Relator